

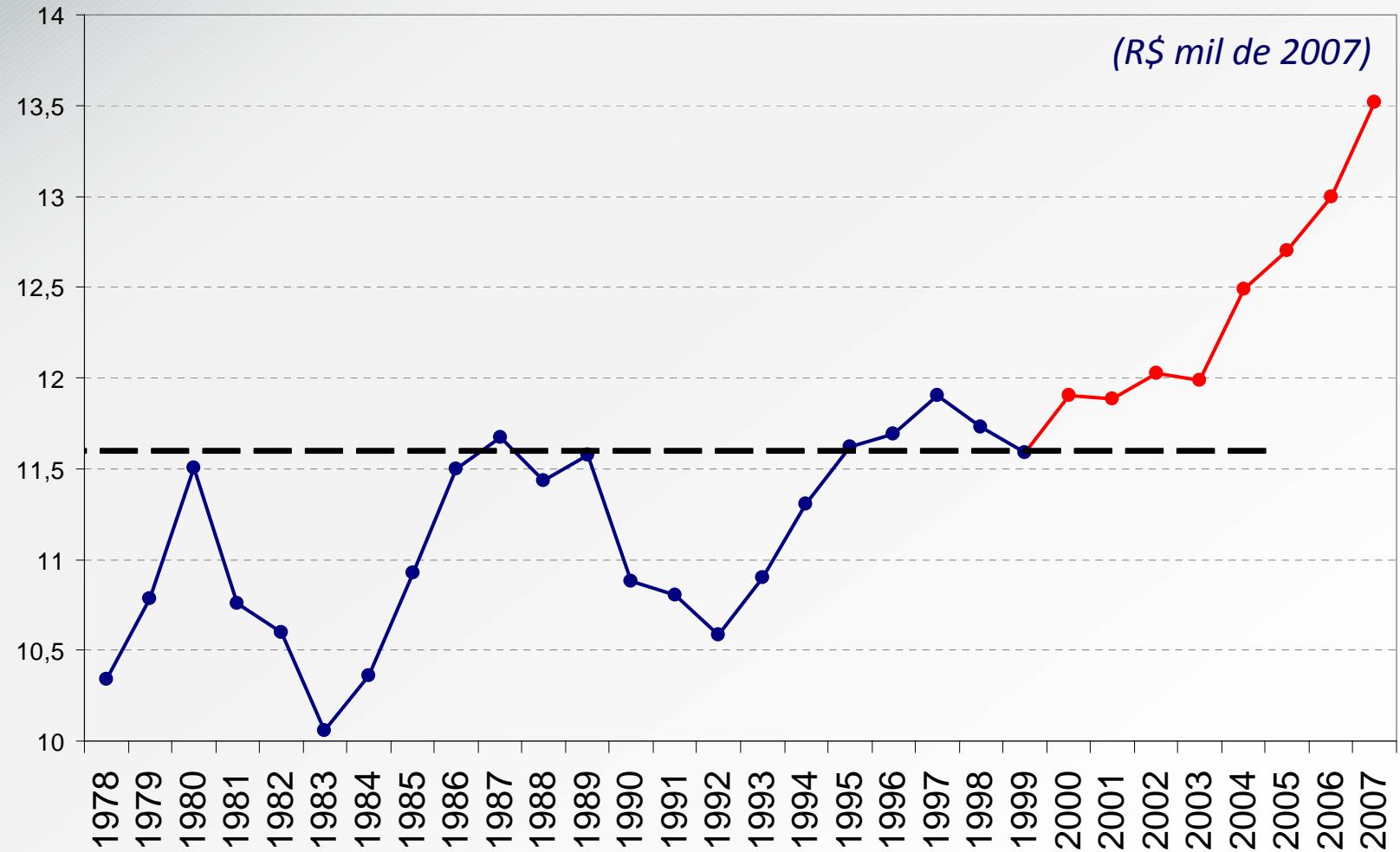


Acelerar a Inclusão Produtiva

Brasília, outubro de 2010



PIB per capita brasileiro, 1978-2007



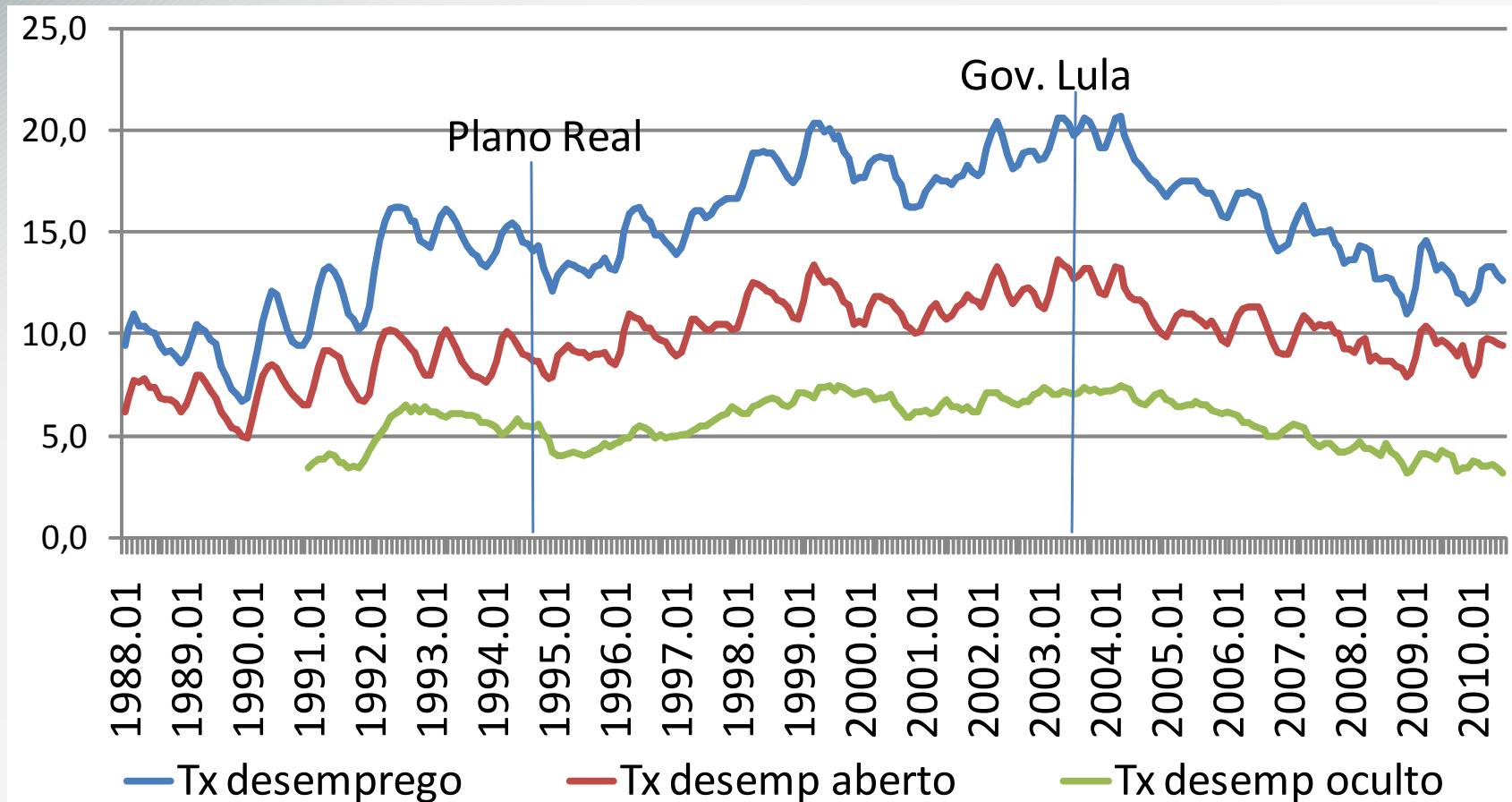
Fonte: IPEA. Contas Nacionais. (Elaboração própria.)

Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome





Taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo, 1988-2010 (%)



Foram **14,5 milhões** de empregos formais gerados entre 2003 e 2010.

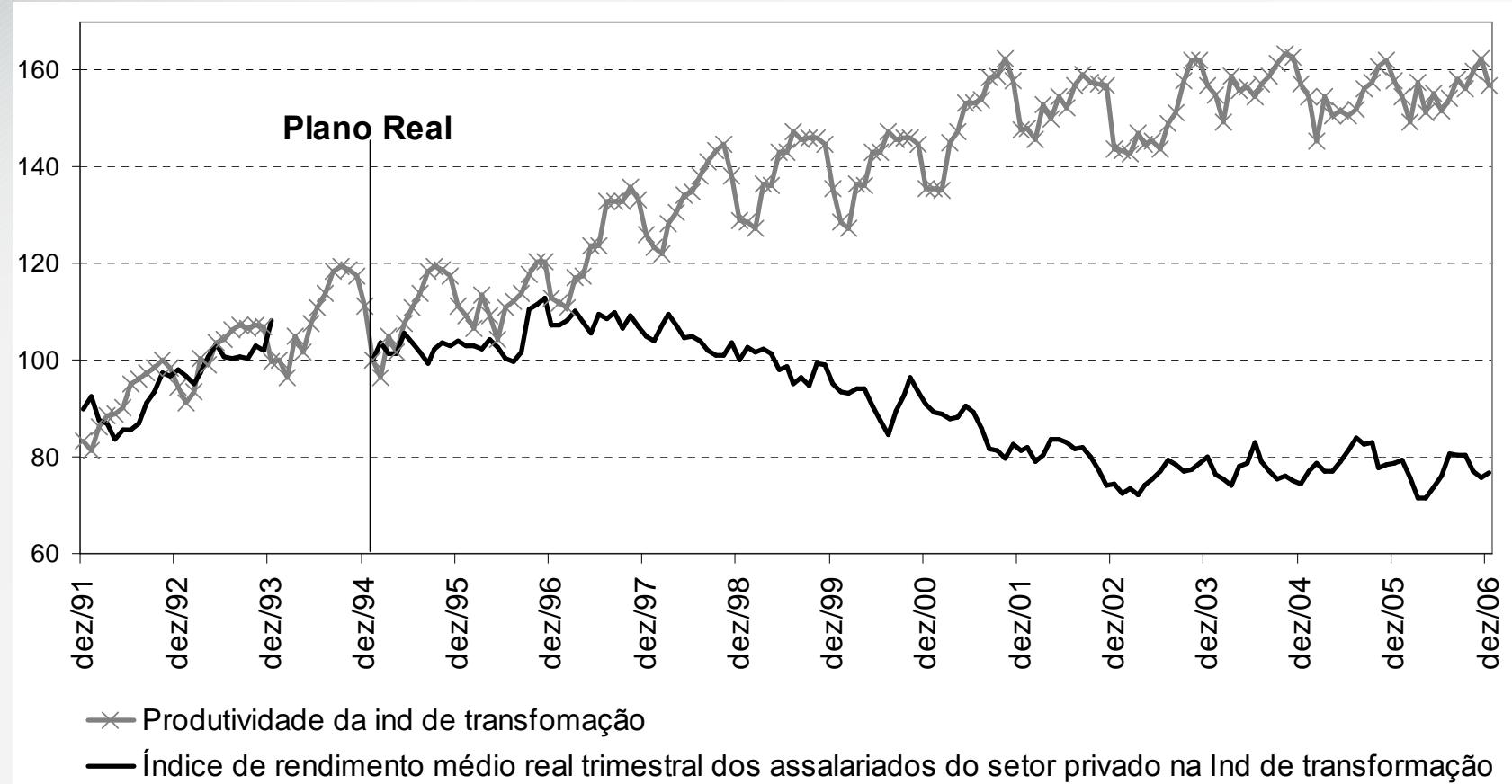
Fonte: IpeaData (dados do DIEESE/Seade - extraído em 30/09/2010).

Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome





Produtividade da indústria de transformação e rendimento real do trabalho no setor, 1991-2006 (janeiro/1995=100)



Fonte: Banco Central do Brasil/DEPEC (produtividade) e
SEADE/DIEESE (rendimento real médio)

Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome





Criação de emprego por faixa salarial, 2004-2008

	(% emprego total gerado)			
	Salários mínimos	Salários mínimos	Salários mínimos	Salários mínimos
	De 0 a 3,0	De 3,1 a 5,0	De 5,1 a 10,0	Mais de 10,1
2004	88,0	7,0	3,1	1,8
2005	88,9	6,5	2,9	1,7
2006	90,7	5,3	2,5	1,6
2007	91,4	4,9	2,2	1,5
2008*	91,6	(+)	4,7	(-)

Nota: *período de janeiro a julho.

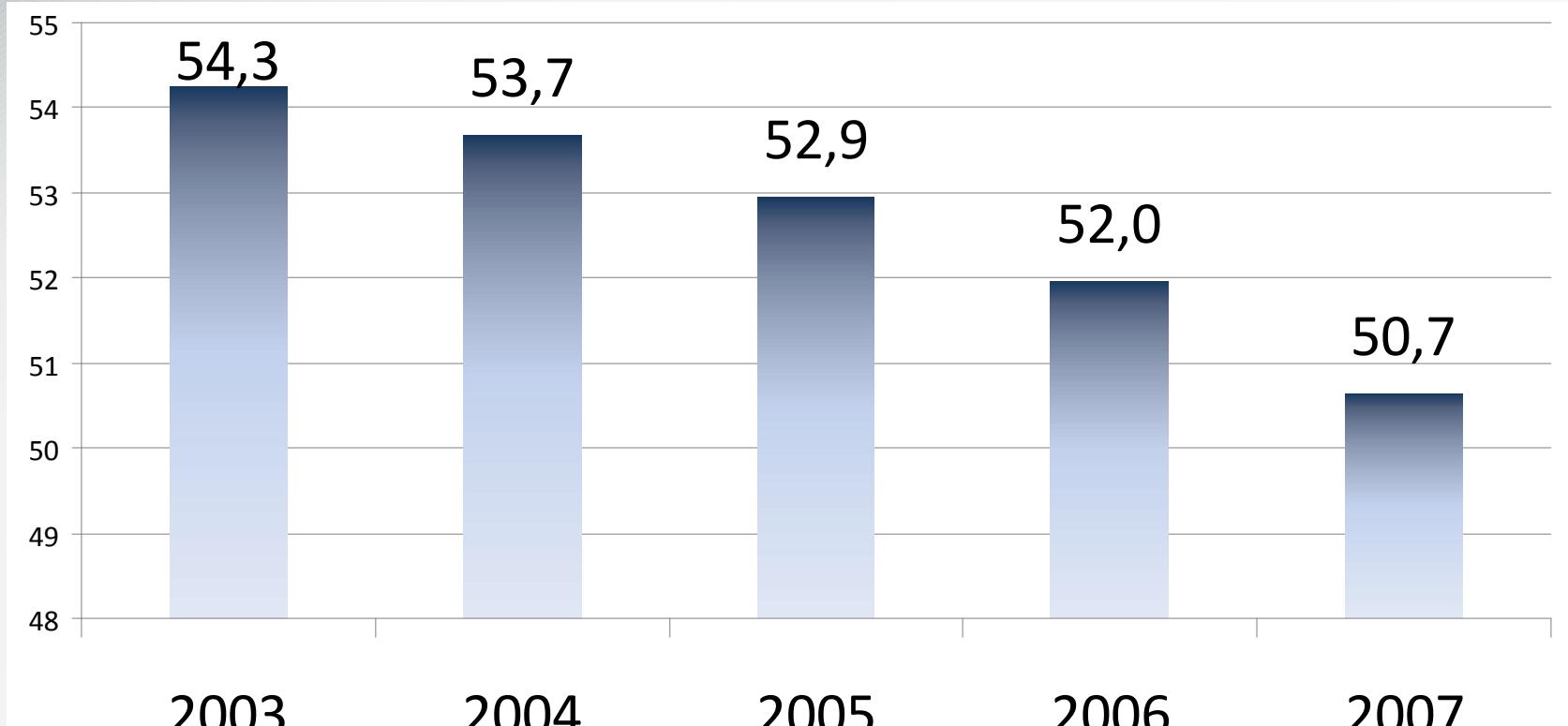
Fonte: CAGED-MTE

Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome





Informalidade da mão-de-obra no Brasil, 2003-2007



Fonte: IBGE. PNAD. Vários anos

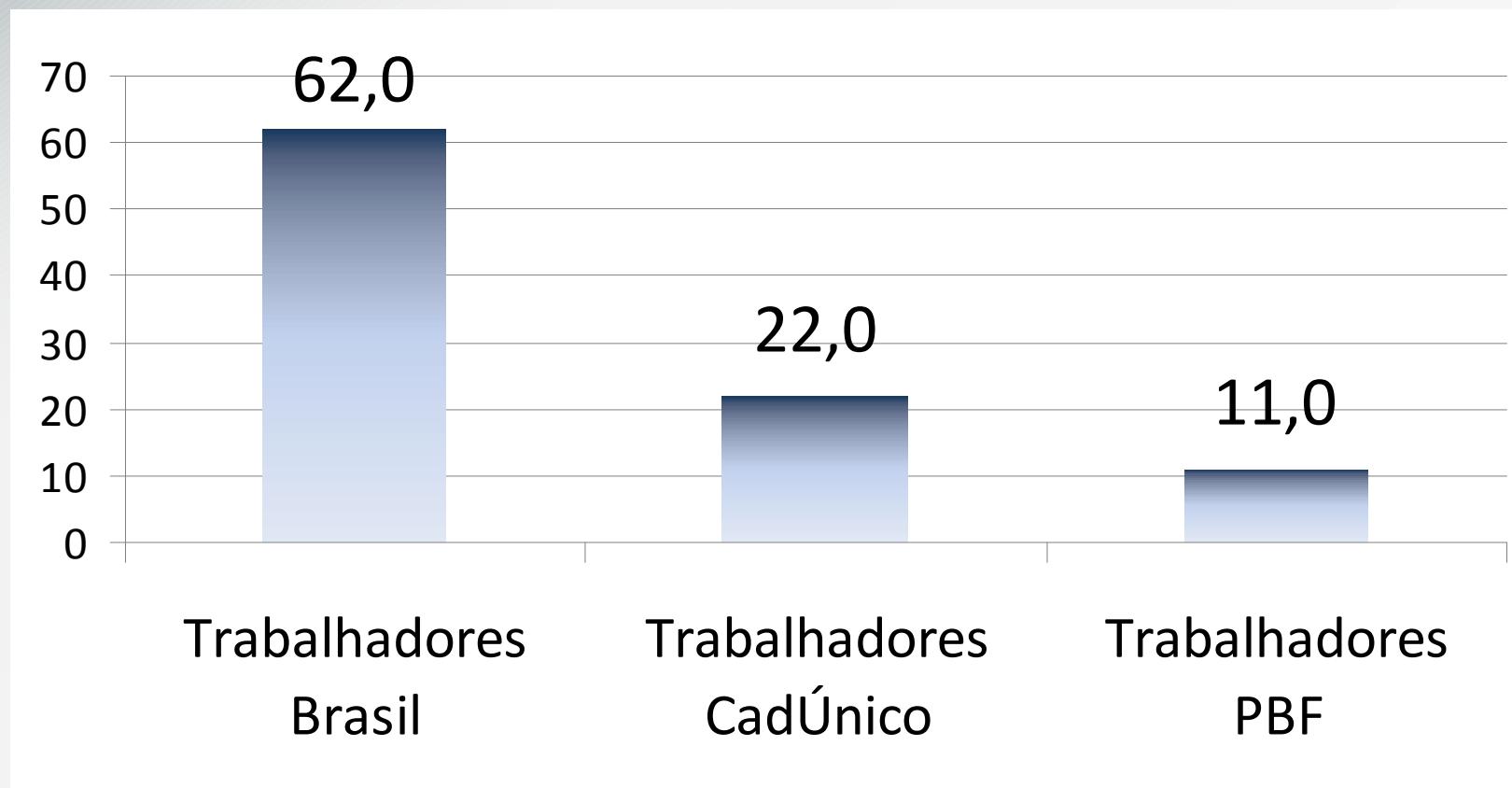
Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome





Tempo médio de permanência dos trabalhadores no emprego formal, 2009

(meses)



Fonte: CadÚnico em relação a RAIS e DIEESE/SEADE.





Os **limites** do mercado formal de trabalho

Dos 50,4 milhões de pessoas, em idade ativa, inscritas no CadÚnico (65% no PBF), apenas seis milhões, em alguma vez, no período entre 2004 e 2008, estiveram inseridos em empregos formais.

Cruzando CadÚnico com RAIS verifica-se que mesmo sob rápido crescimento, o mercado formal de trabalho absorve apenas 500.000 cadastrados adicionais por ano.

Seriam necessários 90 anos para incluir produtivamente todos os inscritos no CadÚnico.

Fonte: LEICHSENRING, Alexandre. MDS, 2010

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome





Por que é preciso ir além?

O mercado de trabalho formal do Brasil não revelou capacidade de incorporar, mesmo em momentos de auge, todos os trabalhadores. E quando o faz, em sua maioria é com baixos salários.

A intensificação do virtuoso processo de redução da pobreza e das desigualdades sociais requer a adoção de medidas que potencializem a incorporação de mais brasileiros à produção de bens e serviços e, portanto, à renda monetária duradoura fruto do trabalho.





Da necessidade de uma Política de Inclusão Produtiva





Inclusão Produtiva

Processos que conduzem à formação de cidadãos, integrados à sociedade pelo trabalho. Tem como perspectiva a conquista de autonomia para uma vida digna sustentável.





O Governo Federal possui 167 ações de geração de trabalho e renda em 21 ministérios

- Iniciativas tópicas e de baixa eficácia;
- Não conformam uma política de inclusão produtiva, pois carecem de coordenação do conjunto, não criam sinergias, nem potencializam resultados;
- Reduzida capacidade transformadora.





Política Nacional de Inclusão Produtiva

É uma política que busca proporcionar prioritariamente a população urbana em situação de vulnerabilidade econômica e social, acesso à mecanismos que permitam sua inserção sustentada na produção de bens e serviços.





Política Nacional de Inclusão Produtiva

Instrumentos

Promover e formalizar empreendimentos inclusivos, mediante:

- 1. acesso a assistência técnica e extensão;*
- 2. financiamento adequado;*
- 3. compras públicas.*





São mecanismos de promoção da Inclusão Produtiva:

I – a preparação para o trabalho;

II – o apoio à constituição e ao fortalecimento dos
produtores independentes;

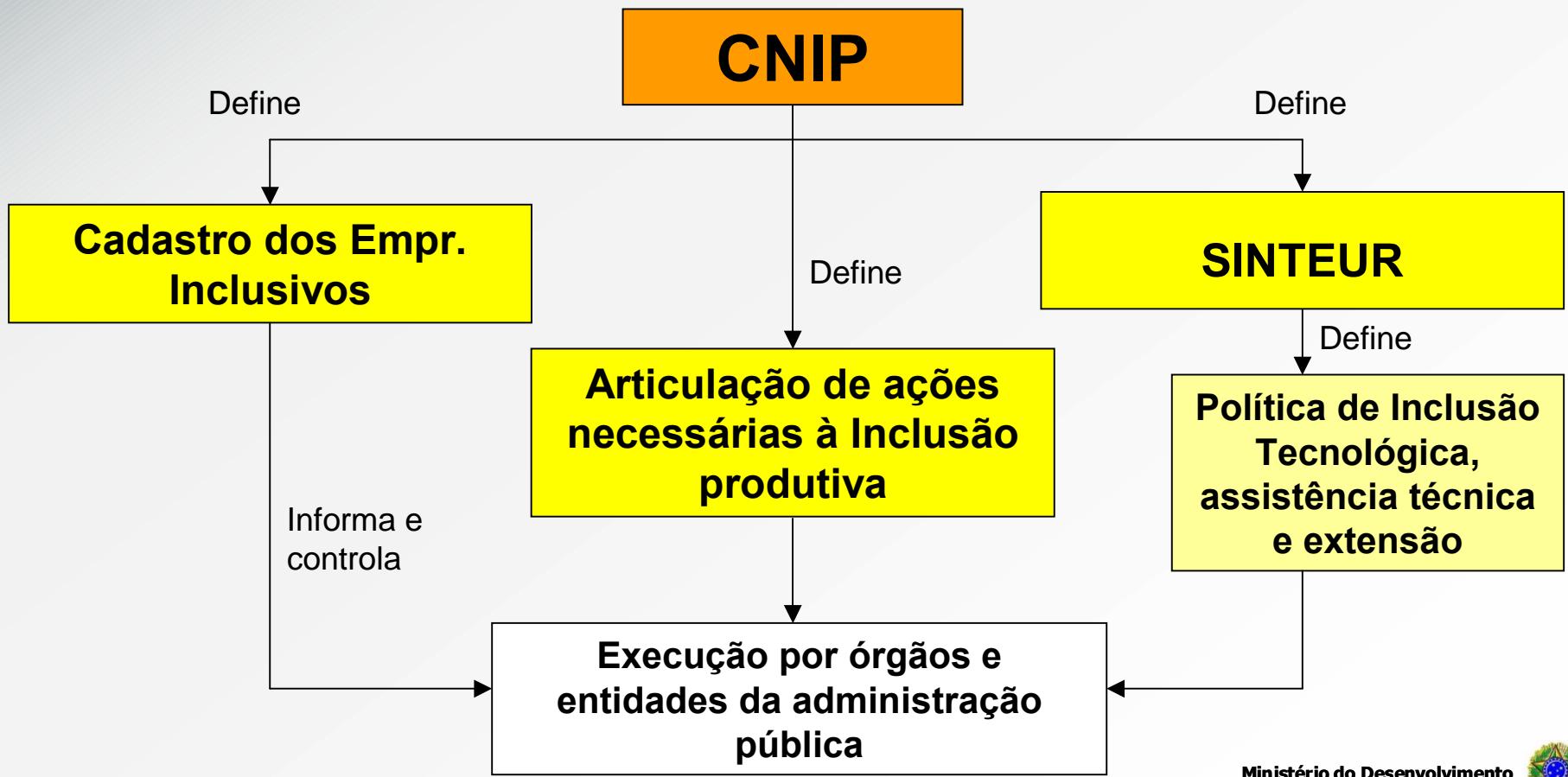
III – o apoio à constituição e ao fortalecimento de
empreendimentos econômicos familiares;

IV – o apoio à constituição e ao fortalecimento de
empreendimentos econômicos autogeridos.





Funcionamento da Política Nacional de Inclusão Produtiva:





Como acelerar a Inclusão Produtiva?

*Aproveitando as oportunidades excepcionais
abertas pelos **grandes investimentos**
públicos e privados distribuídos por todo
território nacional.*





Intenções de investimentos sob influência do governo federal para o período 2011-2014

(R\$ bilhões de 2010)

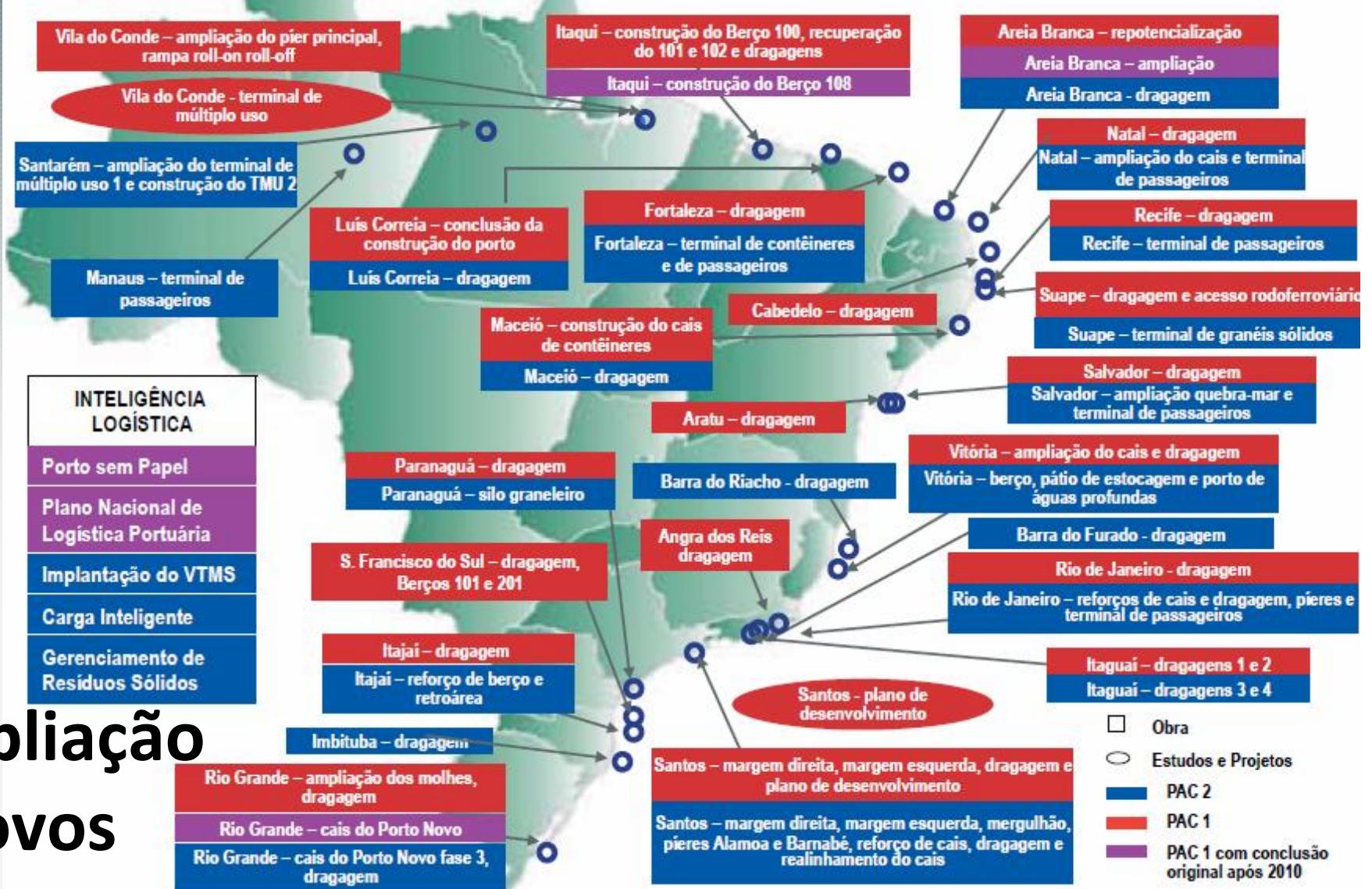
	BNDES	UNIÃO E ESTATAIS	Total
Geração de energia elétrica	113,7	126,1	239,8
Transmissão de energia elétrica	23,6	26,2	49,8
Petróleo e Gás natural	281,9	312,7	594,6
Marinha mercante	36,7	–	36,7
Combustíveis renováveis	1	–	1,0
Eficiência Energética	1,1	–	1,1
Infra-estrutura urbana	–	110,7	110,7
Habitação	–	278,2	278,2
Transporte terrestre	–	104,5	104,5
Pesquisa Mineral	0,6	–	0,6
Extração Mineral	52	–	52,0
Siderurgia	44	–	44,0
Petroquímica	36	–	36,0
Automobilística	32	–	32,0
Eletro-eletrônica	21	–	21,0
Papel e celulose	19	–	19,0
Total	662,6	958,4	1621,0

Fontes: BNDES, Presidência da República e Ministério da Fazenda.





Ampliação e novos portos



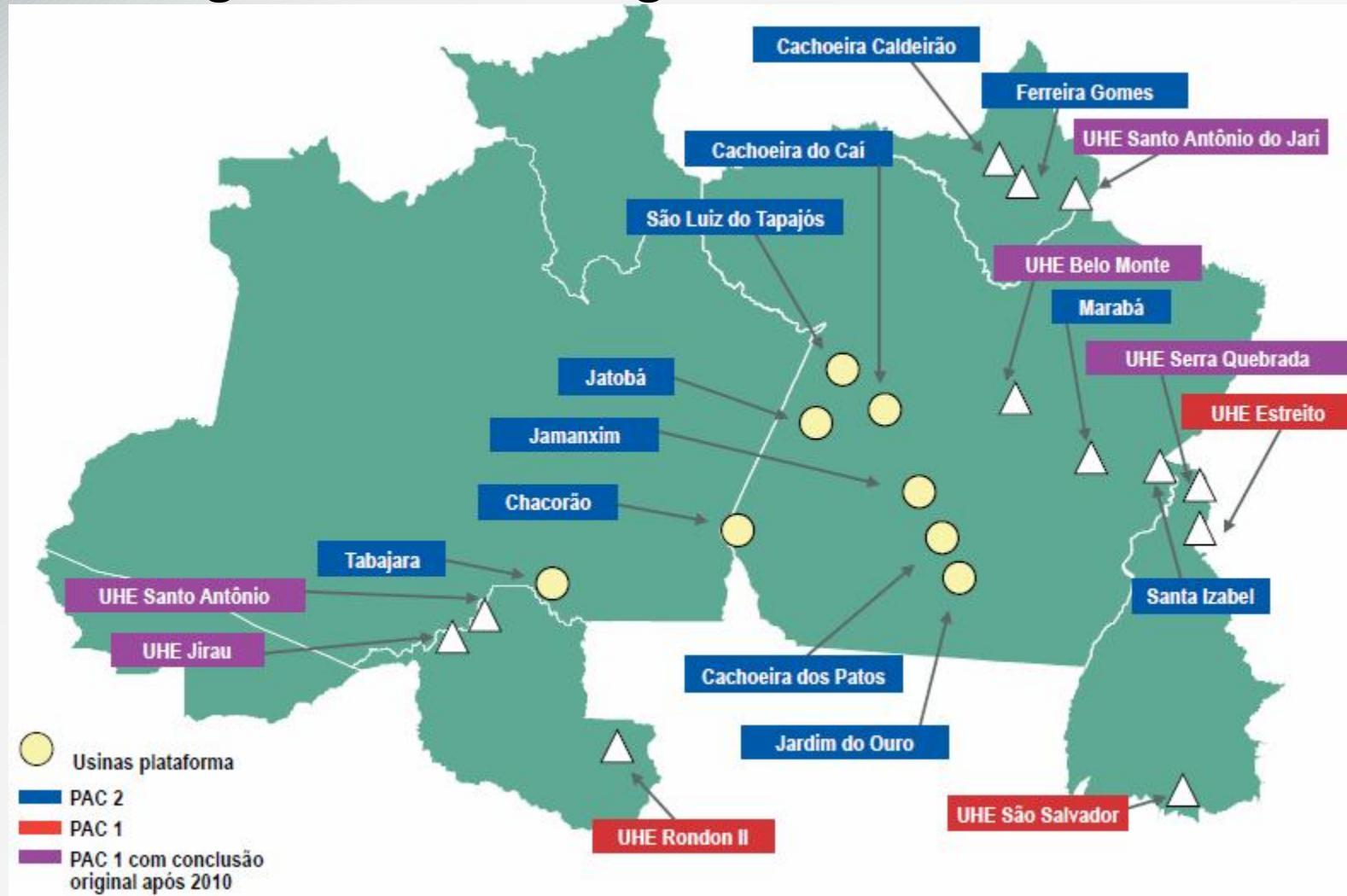


Ampliação e novas hidrovias



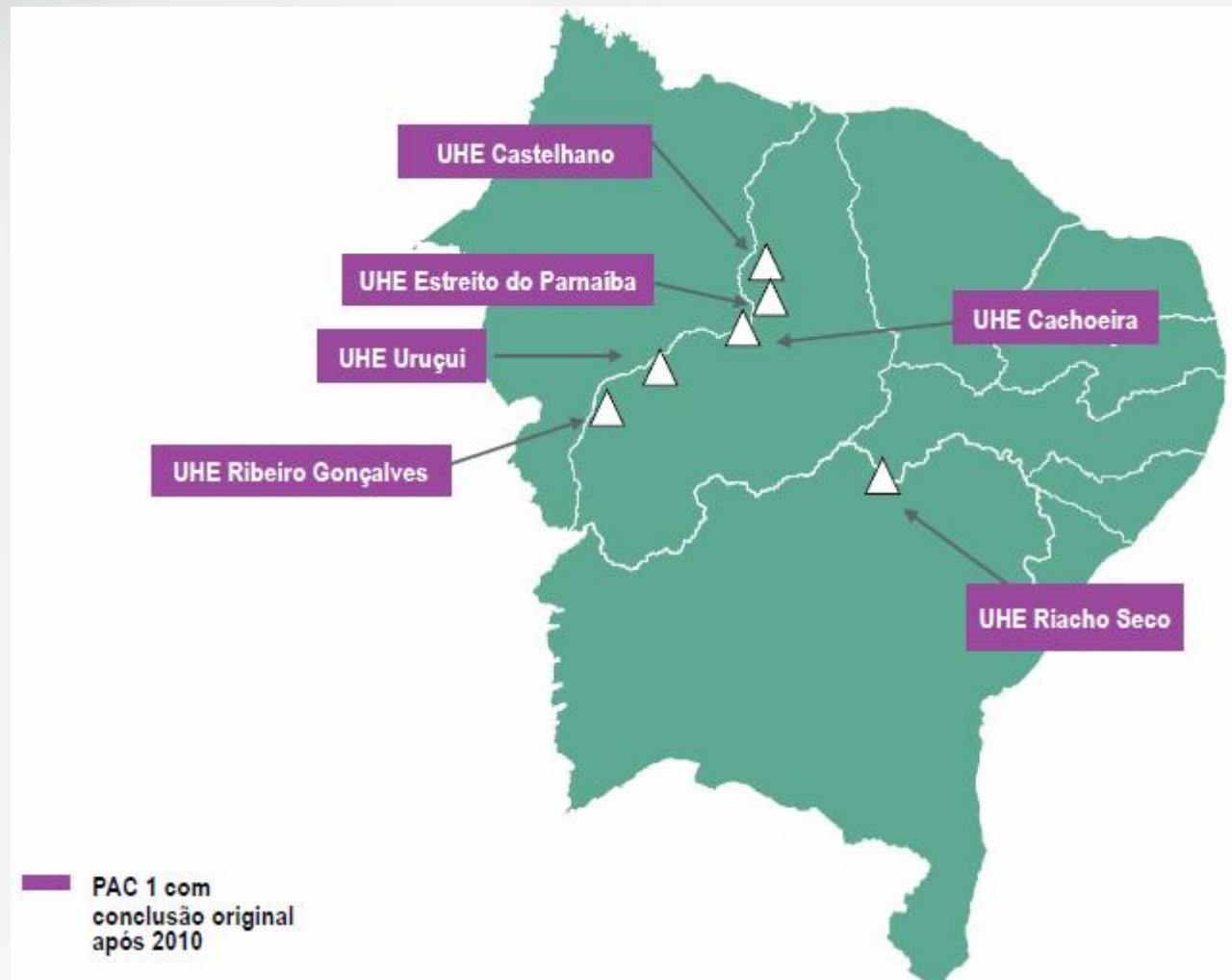


Geração de energia elétrica na região Norte



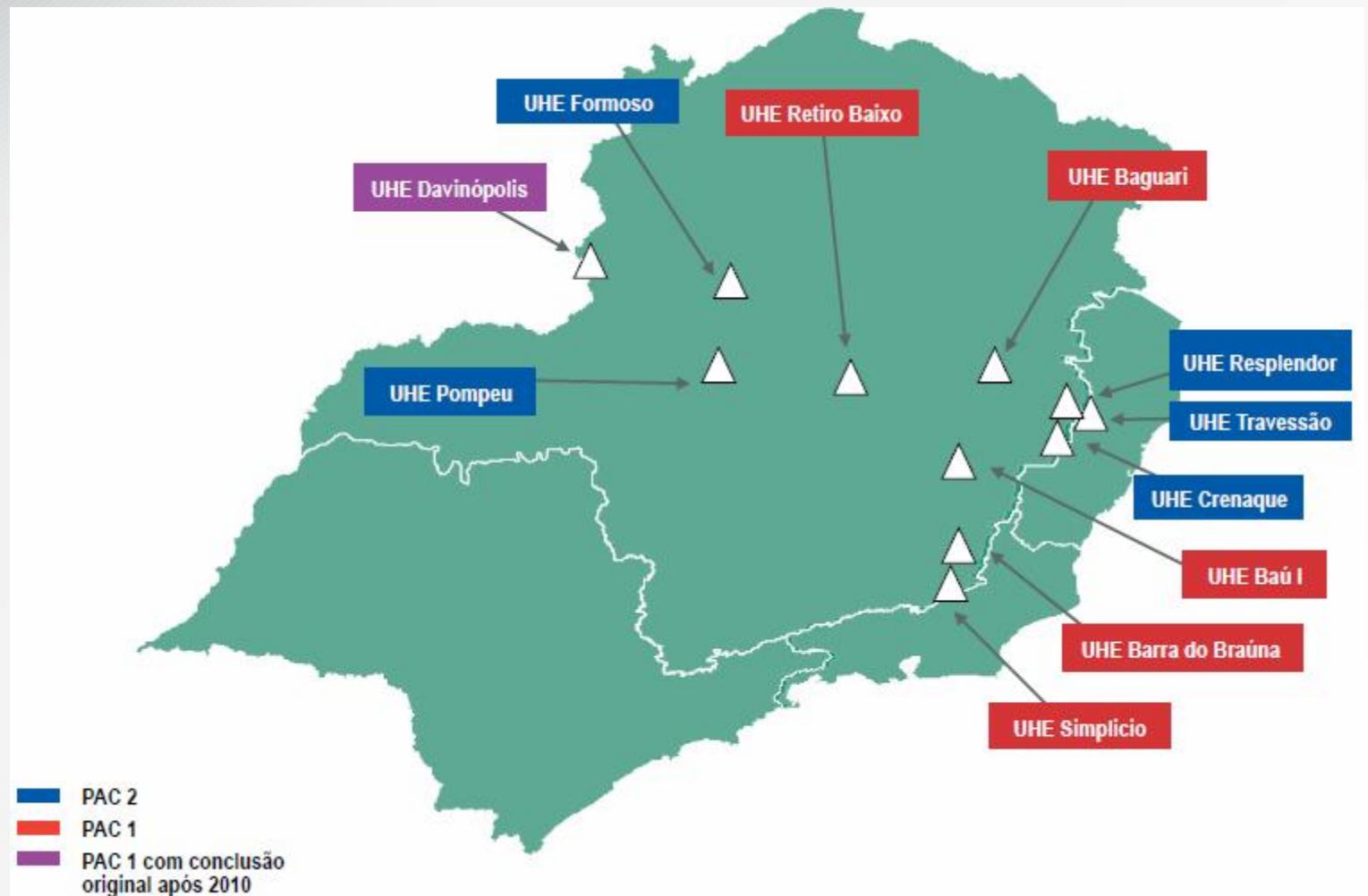


Geração de energia elétrica na região Nordeste



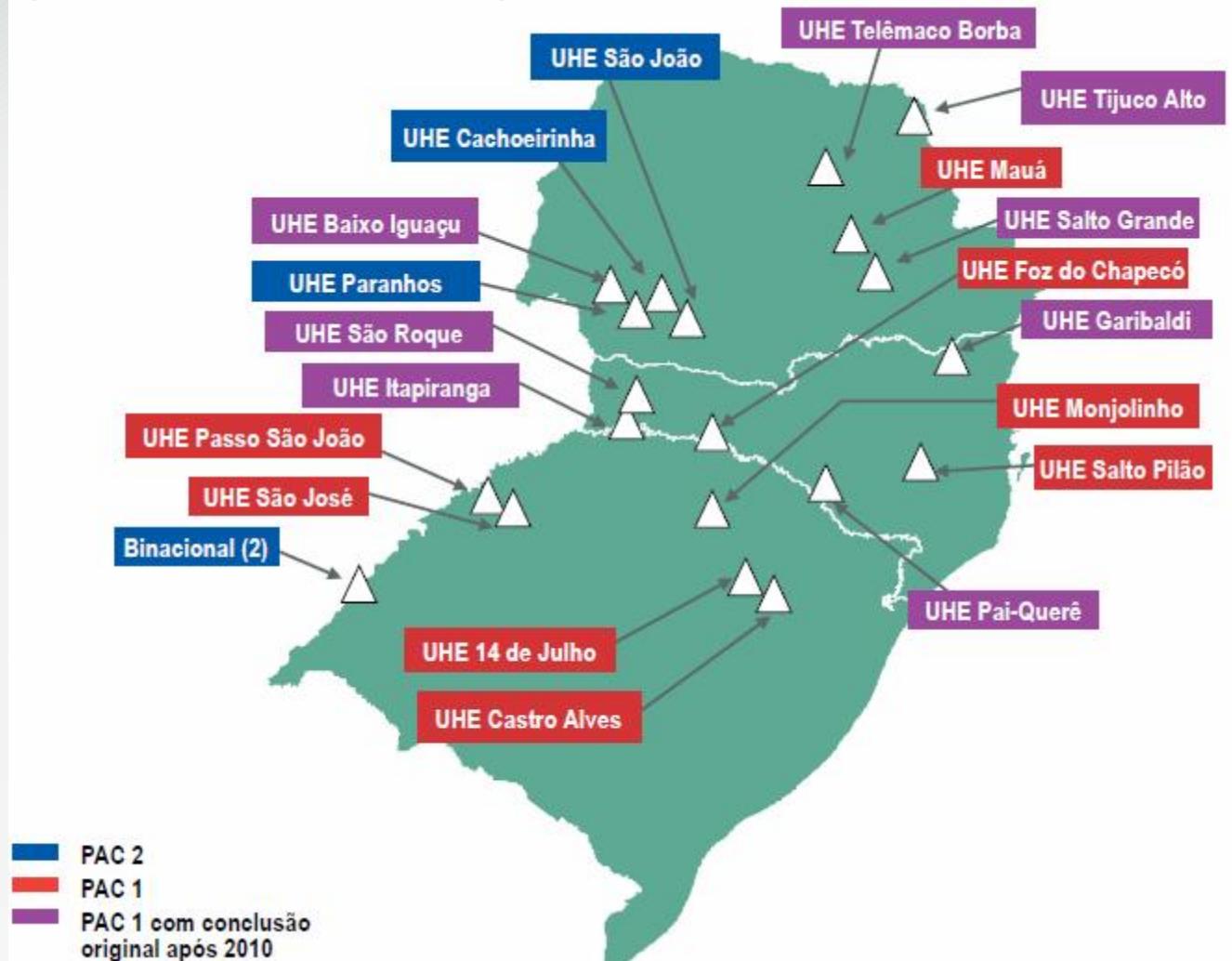


Geração de energia elétrica na região Sudeste



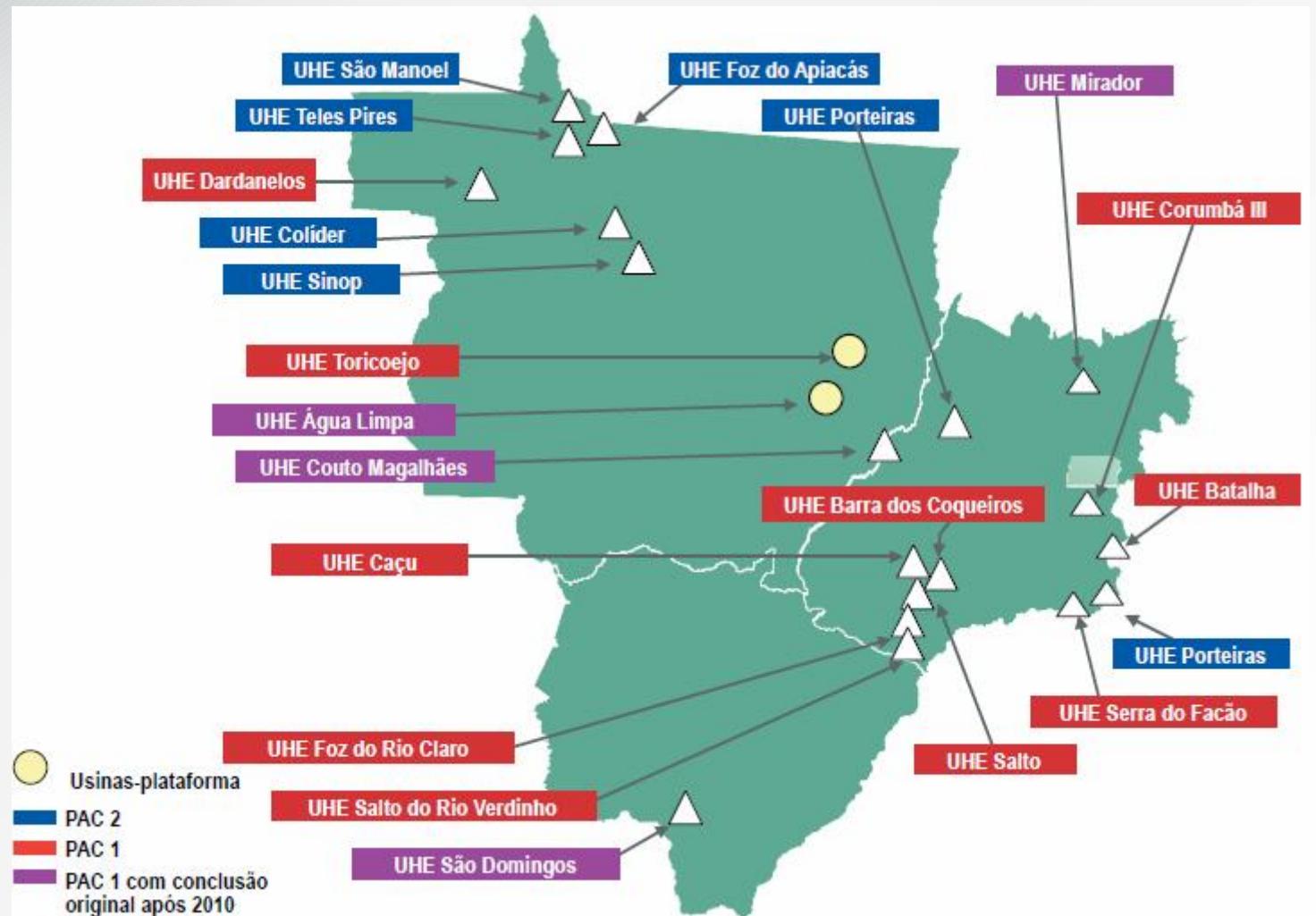


Geração de energia elétrica na região Sul





Geração de energia elétrica na região Centro-Oeste





PETROBRAS

Investimentos no País por Região no Período 2010-14

US\$ 212,3 bilhões

Norte
US\$ 5,0 Bilhões

Nordeste
US\$ 46,7 Bilhões

Centro-Oeste
US\$ 2,7 Bilhões

Sudeste
US\$ 134,7 Bilhões

Sul
US\$ 8,6 Bilhões

Valores a definir: US\$ 14,7 bilhões

Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome





Uma excepcional oportunidade para avançar na Inclusão Produtiva

- 1. Milhões de ocupações em todo o país a partir dos grandes investimentos públicos e privados;*
- 2. Enorme potencial de incluir produtivamente os beneficiários do CadÚnico.*





Plataforma para o salto

1. Informação

- (a) levantamento e utilização de informações sócio-econômicas e das particularidades das regiões como subsídios para tomada de decisão de todos os envolvidos;
- (b) informações detalhadas sobre investimentos, cadeias produtivas e possibilidades de ampliação de seus efeitos multiplicadores sobre o emprego e a renda.





Plataforma para o salto

2. Planejamento e Coordenação

- (a) instituição de mecanismos de governança;
- (b) programação multissetorial e convergente das ações dos poderes públicos;
- (c) constituição de espaços de interlocução e negociação com os atores sociais.





Plataforma para o salto

3. Estímulo às iniciativas de inclusão produtiva

- (a) financiamento adequado, organização da comercialização (logística), uso intensivo das compras públicas como instrumento de promoção dos empreendimentos inclusivos;
- (b) Capacitação gerencial, qualificação profissional, assistência técnica, consultoria e toda gama de serviços de apoio que as iniciativas venham a precisar para o seu melhor funcionamento.

(continua)





Plataforma para o salto

3. Estímulo às iniciativas de inclusão produtiva

- (c) Desenvolvimento de redes de inovação tecnológica dirigida para empreendimentos inclusivos e de alcance local.
- (d) Organização de redes de boas práticas em gestão territorial, marcadamente voltadas para a inclusão produtiva.





Proposta ambiciosa, mas exequível.

De natureza multisectorial e
interfederativa.

Exigente em informação, planejamento
e gestão estratégicos.

A ser coordenada por quem detém
poder e competência.

